



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Secretaria de Mudança do Clima

Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO TEMPORÁRIO DE TRABALHO DE ADAPTAÇÃO Nº

14/2025

Data: 25 de agosto de 2025.

Horário: 14h30 às 17 horas.

Local: Microsoft Teams

Participantes:

Nesta reunião, os órgãos que integram a GTT Adaptação foram representados pelos seguintes servidores: Leonardo Dias de Moraes (MTE – suplente), Loiane Ferreira de Souza (MIDR), Lucas Mikosz (MIDR), Inamara Santos Mélo (MMA – suplente), Fani Mamede (MT – titular), Rosangela Finocketi Pinna (MT), Lucas Ramalho Maciel (MDIC – titular), Rodrigo Correa Ramiro (MPO – suplente), Silvia Helena (Casa Civil), Emerson Soares dos Santos (MS), Eliane Lima e Silva (MS), Camila Alves Rodrigues (MDA – titular), Maurício Polidoro (MDA – suplente), Gutavo dos Santos Goretti (MAPA – titular), Yuri Rafael Della Giustina (MCidades – suplente), Fernanda Capdeville (MCidades), Raquel Furtado Martins de Paula (MCidades), Bárbara da Silva Rosa (MIR – titular), Maiara Batista Dourado (MIR – suplente), Sérgio Ayrimoraes Soares (MME – suplente), Francieli Almeida (MPI), Bráulio Dias (MMA – titular), Alexandre Resende Tofeti (MMA – suplente), Angela Stoianoff (MMA – suplente), Marco Antônio Bueno (MMA), Maria Carolina Chalegre Touceira (MMA – suplente), Márcia Muchagata (MDS – titular), Edson Barros (MTur – suplente).

Também estiveram presentes: Ana Paula Cavalcante Machado (MMA), João Filipe Iura Schafaschek (MMA), Isabela Mirna Marques Lourenço (MMA), Adriana Brito da Silva (MMA), Karine da Silva Lopes (MMA), Rodrigo Correa Ramiro (MPO), Luciana Alves (GIZ), Mariana Vale (Rede Clima).

TÓPICOS DA REUNIÃO

AGENDA DO DIA

1. Abertura
2. Estratégias Transversais do Plano Clima
3. COP 30
4. Processo de Revisão
5. Planos Setoriais e Temáticos
6. Cronograma

PAUTA Nº 1 – Estratégias Transversais do Plano Clima.

DGOV/MMA: Foram apresentados os objetivos e a contextualização das estratégias transversais do Plano Clima, que perpassam tanto a temática de adaptação e mitigação, que são: transição justa; impactos socioeconômicos e ambientais da transição; meios de implementação; educação, capacitação, pesquisa, desenvolvimento e inovação; e monitoramento, gestão, avaliação e transparência.



Foi apresentada a estrutura de governança do Plano Clima:



Foram criados quatro grupos temáticos para o desenvolvimento das estratégias transversais:

- GT Transição Justa e Impactos Socioeconômicos e Ambientais;
- GT Meios de Implementação (coordenado em conjunto com o Ministério da Fazenda);
- GT Capacitação (coordenado em conjunto com o Ministério da Educação);
- GT Monitoramento e Transferência (coordenado em conjunto com o MCTI).

Estão acontecendo oficinas de trabalho nos GT's, a partir dos insumos produzidos pelos grupos de trabalho de adaptação e mitigação. Cada um desses grupos está num estágio de trabalho diferente.

Há uma perspectiva de que se haja uma primeira versão das estratégias, produzidas a partir das oficinas dos GT's, publicada no início de outubro, próximo ao lançamento do Plano Clima. Após a COP, essas estratégias entrarão em consulta pública para posteriormente serem publicadas (provavelmente no próximo ano).

A criação dos GT's foi aprovada em reunião dos SUBEX. A participação nos GTs é aberta aos representantes do CIM, bastando enviar e-mail manifestando interesse ao endereço cim@mma.gov.br.

Dentro do CIM, foram criadas três câmaras consultivas, que são: a Câmara de Participação Social (50 membros, sendo 25 titulares e 25 suplentes), Câmara de Assessoramento Científico (30 cientistas membros, 15 titulares e 15 suplentes), e a Câmara de Articulação Interfederativa. O lançamento das câmaras está previsto para ocorrer no dia 10 de setembro.

DPAR/MMA (coordenação): Como este colegiado (GTT Adaptação) foi constituído para elaborar o Plano Clima, algo semelhante deve permanecer na estrutura do CIM para dar conta do acompanhamento e monitoramento do Plano Clima. Você acredita que a concretização desta governança, envolvendo os GT's de Adaptação e Mitigação, estará finalizada a tempo do lançamento do Plano Clima?

DGOV/ MMA: Os GT's, por natureza, são temporários, mas há uma proposta para a criação de grupos permanentes, tanto de adaptação como mitigação, sobretudo para tópicos como o monitoramento e a implementação do Plano Clima, para sua melhor implementação. Além da proposta de criação dos GT's permanentes de adaptação e mitigação, há uma proposta para a criação de um grupo permanente de monitoramento.

Há a expectativa de que essa estrutura de governança seja discutida na próxima reunião do CIM, que está prevista para ocorrer no dia 10 de outubro.

PAUTA Nº 2 – COP 30.

DPAR/MMA (coordenação): A COP 30 é uma grande oportunidade para a publicização do Plano Clima como um todo.

A Agenda da COP 30 envolve quatro pilares principais:

- Agenda de negociação;
- Agenda de chefes de Estado;
- Agenda de mobilização;
- Agenda de ação (convocada pela presidência brasileira).

Dentro da agenda de ação, o DPAR/MMA apresentará uma proposta de governança multinível (Objetivo Chave 11), para a agenda de ações. A expectativa de unificar esta proposta de governança multinível com o Ministério das Cidades. Esta proposta se traduz na Iniciativa AdaptaCidades, que é uma ação de implementação dessa governança, a partir de um apoio que será fornecido a estados e municípios elaborarem suas estratégias de adaptação à luz do Plano Nacional de Adaptação. Como esta é uma agenda multissetorial, é provável que em algum momento, vocês sejam chamados a colaborar com esta agenda.

Foi anunciada pela presidência da COP a criação de um conselho para adaptação. Dentre os participantes deste órgão, há colegas que participaram ativamente na construção do Plano Clima, como a Jussara Carvalho (FBMC), e o José Marengo (CEMADEM) fazem parte, por exemplo. Isso mostra a relevância que a presidência da COP 30 está dando para a temática de adaptação à mudança do clima.

PAUTA Nº 3 – Processo de revisão.

DPAR/MMA (coordenação): Após um longo processo de revisão, estão sendo feitas iniciativas para alinhar os planos setoriais e temáticos de adaptação à Estratégia Nacional de Adaptação. O prazo para o envio desses planos ao SUBEX é até o dia 26.08.2025.

Durante a revisão, um processo que houve a necessidade de ser revisto foi a coluna do PPA no quadro de objetivos, metas e ações. Este processo foi conduzido pela Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento

(SEPLAN/MPO). Com isto, nós julgamos necessário a inclusão de um texto de apresentação nos planos setoriais, que pudesse trazer esta perspectiva do MPO.

DPAR/MMA (Coordenação): Foi compartilhado um texto curto com os membros do GTT Adaptação, sobre a validação do PPA nas ações e metas propostas pelos planos.

Nesta ação, o MPO conseguiu identificar ações que são priorizadas pelos respectivos órgãos que já constam no PPA, e mapear ações que não constam, para que possam ser consideradas para as versões futuras do documento.

Para questões de monitoramento da implementação do Plano Clima, o exercício feito pelo MPO é muito importante, visto que ações que já constam no PPA e o que já é monitorado com informações prestadas pelos órgãos no SIOP sejam automatizadas. Os respectivos ministérios não precisarão informar mais de uma vez sobre essas ações.

SEPLAN/MPO: O exercício feito pelo MPO possui as funções de:

- Identificar atributos dos planos que sejam idênticos ao PPA, evitando retrabalho;
- Buscar aproximar cada vez mais os planos setoriais com o PPA, caso julgue-se possível a inclusão de atributos presentes nos planos ao PPA.

Não houve a intenção de deixar os planos 100% compatíveis com o PPA, mas sim de aproximar os planos entre si, buscando uma maior convergência entre os setores.

DPAR/MMA (coordenação): Após a diagramação dos planos, os setores terão a oportunidade de conferir os planos para verificar se constam problemas e observar o texto relativo ao PPA.

DRMA/MMA: Muitas vezes, durante a construção do plano de recursos hídricos, houve dificuldades de alinhar ações do plano com o PPA. Durante a produção das fichas de ação, como fomos orientados, aquelas que não tinham nada identificado no PPA, foram classificadas como potenciais projetos. Agora, após essa revisão feita pelo MPO, nós nos deparamos com quase todas as nossas ações têm aderência ao PPA. Dessa forma, teremos que migrar tudo para o formato de fichas de ação com orçamento. Já nos foi passado que teremos um prazo (ainda não foi definido) para fazer isso, mas precisaremos de apoio da SEPLAN para o preenchimento das fichas.

DPAR/MMA (coordenação): No momento, foi dada prioridade ao texto dos planos. O que for ajustado no quadro que compõe o capítulo 3 terá que ser espelhado nas fichas técnicas. Na próxima fase, essa questão será discutida para a implementação e monitoramento.

MS: Algumas das ações de saúde poderiam ser associadas ao PPA, contudo o objetivo específico e a entrega não correspondiam a mesma área que fez a proposta. Durante a revisão, foram feitos alguns ajustes, que geraram dúvidas em como que isso seria tratado.

SEPLAN/MPO: Não há necessidade de requalificação das fichas. Nos atributos que forem idênticos ao PPA, já há um monitoramento, visto que ele já é executado pelo orçamento, será apenas uma troca de informações automatizadas.

O outro trabalho que foi feito, é uma espécie de correlação das ações, que poderão ser revistas durante os processos de revisão. (Isso não altera o que foi feito até agora).

DPAR/MMA (coordenação): Este processo será contínuo, para que seja possível alinhar as metas e ações do Plano Clima ao PPA. Nós conseguimos o apoio de uma consultoria especializada para tratar sobre esta agenda, visando assegurar o monitoramento.

MCidades: Há uma necessidade de aperfeiçoamento, como por exemplo, no caso de cidades, onde tudo cabe dentro de cidades. Nós sentimos falta de, por exemplo, ao identificar um programa relacionado a um objetivo nosso lá no Programa de Gestão de Riscos, por exemplo, nas nossas ações o concreto está sendo efetivado no Programa Cidades Melhores, apesar de ter a correlação com a gestão de riscos. Nós precisamos de um olhar com maior atenção para obter essas correlações.

PAUTA Nº 4 – Planos Setoriais e Temáticos

DPAR/MMA (coordenação): Foram convidados os pontos focais de cada plano, para que seja feita uma contextualização dos objetivos setoriais e metas de cada plano após a consulta pública.

Agricultura e Pecuária (MAPA):

- 237 contribuições na consulta pública;
- 7 riscos climáticos;
- O plano conta com 3 objetivos setoriais, 8 metas e 18 ações.

O MAPA já tinha feito um trabalho inicial de conectar as ações propostas no plano de agricultura e pecuária ao que era previsto no PPA.

DCBIO/MMA: Foi mencionado o risco de secas e calor. Um dos resultados do Plano ABC é a descoberta de que o rebanho de bovinos aumenta a produtividade na sombra. Este é um aspecto que poderia receber mais atenção. Há muitas políticas e soluções para uma boa agricultura e pecuária sustentável, mas faz-se necessário ganhar escala destas políticas e soluções no Brasil.

MAPA: Sobre os microclimas, este tema tem sido discutido cada vez mais. No Plano ABC nós chamamos isso de Integração Lavoura Pecuária Floresta e tem crescido bastante. Na nossa visão, uma das principais razões para a adoção desse sistema específico, e de forma geral, é a baixa demanda por materiais madeireiros, com exceção de alguns polos específicos. Um dos pontos que temos trabalhado é justamente tentar entender como uma política pública poderia melhorar a demanda por madeira em pequenas escalas.

Uma das principais ações que temos é a implementação do Plano ABC. Ainda que seja baixa a adesão em termos totais, há uma considerável adoção. Esse tipo de tecnologia trazido pelo Plano ABC não foi criado ali, elas já existiam. A grande dificuldade que temos hoje é a assistência técnica, tanto pública, quanto pública - privada.

Biodiversidade (MMA):

- 184 contribuições na consulta pública;
- 7 riscos climáticos;
- O plano conta com 3 objetivos setoriais, 6 metas e 31 ações.

DCBIO/MMA: Buscamos incorporar a maior parte sugestões da consulta pública dentro da nossa proposta.

DPAR/MMA (coordenação): De que maneira o plano de biodiversidade é relacionado com a EPANB? Como vocês vão tratar essa divulgação, entendendo que são estratégias complementares?

DCBIO/MMA: Fizemos o esforço para a convergência das estratégias da EPANB e do Plano Temático de Biodiversidade.

Na meta 8 da EPANB, que é a interface entre biodiversidade e mudanças climáticas, as nossas propostas estão bastante aderentes ao que é dito plano temático de biodiversidade. Nesse sentido, os dois planos apresentam uma boa complementaridade.

DCBIO/MMA: Na meta 8, quando formos desenvolver e finalizar o plano de ação da EPANB, o PNA será nosso plano de ação.

Cidades (MCidades)

- 201 contribuições na consulta pública;
- 4 riscos climáticos;
- 3 objetivos setoriais, 8 metas e 19 ações.

MCidades: Ao longo da construção do plano, tivemos o envolvimento de 4 secretarias do ministério. Foi bastante complexa a construção deste plano, para que ninguém ficasse de fora na construção deste plano.

MCidades: Durante a consulta pública, recebemos muitas contribuições relacionadas a problemas específicos de territórios, buscando resolução de diversos problemas que não

necessariamente estão nas atribuições do Ministério das Cidades, mas por estarem dentro das cidades, onde cerca 87% da população vive. Nesse sentido, tivemos a participação de diferentes ministérios, com ações do MMA, MCTI e IPHAN (MCult).

Tivemos bastante dificuldade durante esta consulta pública, pois vieram muitos aspectos pontuais. O nosso plano não tem como ser tão pontual, visto que a política urbana é implementada, principalmente, pelos municípios. Nós incorporamos muitas dessas sugestões, mas de forma mais estratégica, como o plano requer.

DPAR/MMA (coordenação): Ainda temos a necessidade de fechar alguns pontos com vocês de cidades.

Energia (MME)

- 573 contribuições na consulta pública (plano com maior número de contribuições na Plataforma Brasil Participativo);
- 10 riscos climáticos;
- 3 objetivos setoriais, 16 metas e 38 ações.

MME: O plano possui duas grandes vertentes. O impacto da mudança do clima em relação à oferta de energia elétrica e à oferta de combustíveis.

Os primeiros dois objetivos tratam da oferta (de energia elétrica e da disponibilidade de combustíveis, respectivamente). Já o terceiro objetivo está relacionado com as questões de infraestrutura no setor de energia.

O plano setorial de energia está muito relacionado com o Objetivo 6 da Estratégia Nacional de Adaptação (segurança energética). No setor de energia, há uma grande convergência entre os planos de adaptação e mitigação.

Muitas vezes as contribuições feitas questionaram as decisões feitas pelo setor. Nossa maior preocupação ao responder esses questionamentos foi de explicar a necessidade e garantia da segurança energética

DCBIO/MMA: Sobre as diretrizes para leilões que foi recentemente divulgada pelo governo para reserva de capacidade em 2026, com a exclusão de termoelétrica para a geração de combustível e a inclusão de usinas de carvão. Isso está consistente com o plano que vocês estão propondo?

MME: O plano se apoiou nas projeções do planejamento energético que estão expressas no Plano Decenal de Energia. Essa questão dos leilões, como você mesmo comentou, é bem recente, mas todas as fontes que estão colocadas no âmbito dos leilões são fontes com maior ou menor intensidade, consideradas dentro do elenco da composição da nossa matriz elétrica e responsável por garantir a segurança energética, considerando inclusive as questões de vulnerabilidade ou dos requisitos das fontes renováveis.

DPCT/MMA: Especificamente sobre o risco 4, que trata da diminuição da oferta de energia em comunidades (sistemas isolados). Estamos falando sobre comunidades que muitas vezes são invisíveis. Se há uma diminuição, imagina para aqueles que nunca tiveram acesso, este é um ponto que nos preocupa.

Já nos objetivos, no ponto que vocês falam sobre fortalecer a resiliência da infraestrutura de energia. Mas isso só pode acontecer nas infraestruturas já existentes. Naqueles locais onde essa infraestrutura é inexistente, onde estamos buscando essa visibilização de povos e comunidades tradicionais para acessar políticas públicas, essa é nossa principal preocupação.

Igualdade Racial e Combate ao Racismo (MIR)

- 43 contribuições na consulta pública;
- 4 riscos climáticos;
- 3 objetivos temáticos, 7 metas e 23 ações.

MIR: Nem todas as contribuições foram inseridas no plano. Foi feita uma análise das contribuições, junto à Secretaria – Executiva do MIR destas contribuições. Ainda que nem todas as contribuições tenham sido contempladas, elas foram consideradas para que, caso oportuno, sejam colocadas em outros instrumentos.

Povos e Comunidades Tradicionais (DPCT/MMA)

- 76 contribuições na consulta pública;
- 3 riscos climáticos;
- 3 objetivos temáticos, 9 metas e 40 ações.

DPCT/MMA: Por ser uma secretaria nova, tivemos poucas pessoas na construção deste plano. O principal risco identificado foi a perda de territórios e da biodiversidade, além da perda imaterial (modo de vida).

Muitos dos riscos identificados no plano de povos e comunidades tradicionais não está sob competência do MMA. Nesse sentido, surge a necessidade de fazer uma articulação com os demais setoriais no âmbito das metas que foram definidas.

O principal desafio encontrado no setor é a visibilização dos povos e comunidades nacionais. Precisamos de maior visibilização, para que os outros setores possam incorporar povos e comunidades tradicionais em seus planos.

Outro grande problema encontrado é o resguardo do modo de vida destes grupos. Com exceção dos povos indígenas e dos quilombolas, nenhum outro grupo possui instrumentos para a preservação do modo de vida destes grupos.

Povos Indígenas (MPI)

- 34 contribuições na consulta pública;
- 8 riscos climáticos;
- 4 objetivos temáticos, 17 metas e 67 ações.

MPI: A construção deste plano foi bastante desafiadora, em função de mudanças na equipe ao longo do processo.

Foram incorporadas, de forma integral ou parcial, cerca de 75% das contribuições feitas durante a consulta pública.

Os objetivos temáticos estabelecidos no plano temático de povos indígenas envolvem outros órgãos, como, por exemplo, a SESAI/MS, o MMA e o MEC.

Durante o processo, foi difícil a produção das fichas de ação. A participação da SEPLAN/MPO será essencial, assim como da consultoria prevista.

Redução e Gestão de Riscos e Desastres (MIDR)

- 216 contribuições na consulta pública;
- 4 riscos climáticos;
- 3 riscos climáticos;
- 3 objetivos setoriais, 10 metas e 90 ações.

MIDR: A construção do plano foi consonante com o Plano Nacional Proteção e Defesa Civil, que também está em vias de ser publicado. Trabalhamos com a ideia de que a mudança climática é um acelerador de riscos e desastres.

Sobre as contribuições, dentre as 216, foram acatadas cerca de 25%.

Transportes (MT)

- O plano de transportes foi dividido em subsetores, que são: aviação civil, infraestrutura portuária e aquaviária, infraestrutura rodoviária e ferroviária;
- 157 contribuições recebidas na consulta pública;
- Aviação civil: 5 riscos prioritários, 1 objetivo subsetorial, 8 metas e 20 ações;
- Infraestrutura portuária e aquaviária: 4 riscos prioritários, 1 objetivo subsetorial, 14 metas e 18 ações;
- Infraestrutura rodoviária e ferroviária: 4 riscos prioritários, 1 objetivo substorial, 6 metas e 12 ações para infraestrutura rodoviária. 1 objetivo subsetorial, 5 metas e 8 ações para infraestrutura ferroviária.

MT: Foi entregue hoje a taxonomia de transportes ao MF e o Plano Clima Adaptação.

A governança de transportes foi composta pelo MT, MPor e as instituições vinculadas à esses dois ministérios.

A Emenda Constitucional 90/2015 inclui transportes como direito social. A partir dessa premissa, nós temos trabalhado a questão da sustentabilidade. Nesse sentido, no que tange à adaptação, nós fizemos estudos como o AdaptaVias e o ParaPortos

DCBIO/MMA: Sobre as secas da Amazônia, em que se interrompe o transporte hidroviário. Há alguma proposta de remediação para essa questão?

MT: Tanto as secas, quanto as enchentes foram levadas em conta nas metas e ações estabelecidas, tanto no Plano Clima, quanto no Plano Nacional de Logística 2050, que está prestes a entrar em consulta pública.

PAUTA Nº 5 – Cronograma.

DPAR/MMA (coordenação): Ainda que estejamos no encerramento deste processo, o trabalho não acabou. Estamos em vias de encaminhar os documentos para o SUBEX para que possam ser aprovados.

Ao longo do processo de revisão, uma interlocução estrita entre o MMA e os demais setores continuará acontecendo.

Esperamos muito em breve comunicar a todos como será a estratégia de divulgação do Plano Clima.

Com a proximidade da COP 30, é encorajado que os setores se apropriem da pauta climática.

DCBIO/MMA: Até outubro há um grande controle do processo como um todo (em questões de cronograma). Para que a COP 30 seja realizada, é necessário que 2/3 das delegações estrangeiras estejam presentes no evento. Caso os problemas logísticos persistam, há que se pensar em planos alternativos de contingência.

DPAR/MMA (coordenação): De fato, estamos todos acompanhando os cenários da COP 30. O nosso cronograma está focado para que seja possível fazer a aprovação e a divulgação do Plano em outubro. Nosso foco é seguir e executar o cronograma, não focando apenas nas COP. No dia 26 iremos enviar os planos setoriais e temáticos ao SUBEX e estamos seguindo o cronograma com as outras atividades, que envolvem a revisão ortográfica e diagramação. Após a diagramação, enviaremos o plano de volta ao setor responsável e aguardaremos a validação final dos documentos (em formato diagramado).

Há alguns ministérios que ainda não mandaram as cinco ações prioritárias. Iremos enviar um lembrete no WhatsApp, lembrando-os.

Com a reunião do CIM ocorrendo no dia 10 de outubro e nosso cronograma sendo executado de forma planejada, teremos o plano como um todo aprovado e

poderemos tratar da estratégia de divulgação. Ainda não temos detalhes para o lançamento, mas devemos fazer um alinhamento para compartilhar as instruções da Casal Civil e da Presidência da República sobre o lançamento.

DCBIO/MMA: Há previsão de tradução dos planos para inglês, espanhol e francês?

DPAR/MMA (coordenação): Até o momento, temos a tradução da ENA e do Sumário Executivo prevista. Ainda estamos buscando parceiros para a tradução dos 16 planos setoriais e temáticos. A tradução da ENA será feita via MCTI e o Sumário Executivo será traduzido via ProAdapta/GIZ

ENCAMINHAMENTOS

Não houve encaminhamentos.